

<b>Título</b>	<b>Adeus ano velho, feliz ano novo</b>
<b>Veículo</b>	<b>DCI</b>
<b>Data</b>	<b>23 Dezembro 2009</b>
<b>Autor</b>	<b>Claudio J. D. Sales</b>

O ano de 2009 foi difícil para o setor elétrico brasileiro. Foi um ano em que as discussões técnicas, os fatos e a racionalidade das decisões deram lugar ao populismo, às pressões políticas e à desinformação, fatores que em nada contribuíram para uma melhor prestação de serviço à sociedade. Muito ao contrário. Criaram um ambiente de incertezas e conflitos, com prejuízo aos consumidores e às empresas de setor.

O ano começou com grande alvoroço sobre o aumento das tarifas de energia e a suposta responsabilidade das distribuidoras pelo fato. Enquanto as empresas eram atacadas, pouco espaço foi dado para explicar que as tarifas são definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a partir de metodologias previamente estabelecidas e que o aumento de 2009 foi da mesma magnitude que a redução tarifária de 2008, de maneira que o impacto acumulado ao consumidor nos dois anos foi praticamente zero.

Também não se deu o devido destaque aos reais motivos do aumento, muito mais relacionados ao efeito da variação cambial do ano passado sobre a energia de Itaipu e ao impacto da decisão do governo de operar emergencialmente usinas térmicas, com custo superior a R\$ 2,3 bilhões que foram repassados à conta de luz.

Em seguida veio a CPI da Conta de Luz (ou CPI da Aneel) que, ao contrário do que é a prática no Congresso, foi criada sem um fato gerador específico que a justificasse. Isto deu margem a todo e qualquer tipo de iniciativas, acusações e ameaças, não necessariamente pautadas pela técnica. Submeteu-se o setor a interesses políticos e pessoais desalinhados do interesse público.

Perdeu-se a oportunidade de explicar a complexidade do setor elétrico à sociedade e, no final, gerou-se muito ruído e desgaste entre o governo, a Agência Reguladora e os agentes. E nenhum destaque para o mais importante: o papel fundamental no Congresso Nacional na redução dos inúmeros impostos e encargos que hoje já representam 45% das tarifas de energia elétrica.

Não bastando estes eventos, em outubro o setor foi abalado pela matéria "Brasileiro paga a mais por luz há 7 anos" do jornal Folha de S. Paulo, que abordou um ponto específico do cálculo das tarifas de energia elétrica. Na reportagem, expressões opinativas como "empresas embolsam dinheiro extra", "cifra sacada do bolso do consumidor" e "ganho clandestino" certamente levaram o leitor a questionar a idoneidade das empresas e a atuação da Aneel, responsável pela regulação do setor. Mais uma vez, gerou-se muito ruído e desinformação.

Nenhum espaço foi aberto para divulgar que todas as regras haviam sido respeitadas (leis, contratos e resoluções) de acordo com os mecanismos construídos pelo próprio Estado brasileiro (e não pelas empresas), e que a regulação só faz sentido quando avaliada de maneira técnica e abrangente, não a partir de seus aspectos e mecanismos isolados.

Muita energia direcionada para o "achismo" e nenhuma energia para esclarecer que o mecanismo tarifário que foi alvo da reportagem é apenas um entre inúmeros outros cujo efeito, na conta de luz, mais que compensa o consumidor de eventuais efeitos das oscilações de mercado.

E em novembro veio o episódio do apagão, que deixou milhões consumidores sem luz em dezoito estados do país. Ao invés de esclarecimentos sobre o ocorrido, assistimos a uma queda de braço política. De um lado, o governo tentando provar que a culpa era de São Pedro, ou buscando politizar a questão por meio de comparações com o racionamento de 2001. De outro, a oposição tentando de todas as maneiras vincular o ocorrido à imagem da ministra da Casa Civil, com vistas ao processo eleitoral do ano que vem.

O mais importante ficou fora do debate: os reais motivos da falha no abastecimento e as medidas necessárias para evitar novos apagões. E, mais de um mês após o apagão, nada de aparecer o relatório oficial.

A politização do setor não causou estragos apenas nas questões tarifárias. Produziu efeitos negativos também na maneira como os órgãos ambientais do governo e de outros grupos de interesse tratam os empreendimentos de geração e transmissão de energia.

O setor elétrico é o serviço de utilidade pública mais abrangente do país, atendendo a mais de 98% da população e presente na base de todos os demais setores econômicos. Requer investimentos bilionários cuja eficiência aumenta na medida em que se construa um ambiente institucional seguro, racional e previsível. Não foi o que aconteceu em 2009. E permanece uma tendência preocupante para 2010.

Mais do que nunca espero que nesta virada de ano a tendência acima seja alterada e possamos brindar um "adeus ano velho e feliz ano novo" pautado pelo interesse público e por ações e intenções verdadeiramente em linha com o desenvolvimento econômico e social do país.

Precisamos afastar os grupos de pressão que tentarão de todas as formas fazer uso político do setor elétrico. Um setor complexo e que é regido pela lógica de longo prazo não pode ser contaminado pelo imediatismo, maniqueísmo e populismo tão típicos das agendas eleitorais.

**Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br))**